

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS: história, desafios e possibilidades

RESUMO

O presente estudo propõe analisar a construção e as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do IFRS. Pretende-se avaliar a importância destes Núcleos no ambiente escolar e observar seus impactos na comunidade acadêmica. Foi construído um aporte teórico baseado nos estudos de Beauvoir (1980), Butler (1990), Pedro (2005) e Scott (1990). O estudo de caso foi feito por meio da aplicação de questionários e de entrevistas com os coordenadores dos Núcleos. Através da pesquisa, constatou-se que os NEPGS estão ativos pela mobilização dos discentes e docentes comprometidos em lutar por um mundo no qual a aplicação dos direitos humanos seja uma regra. Evidenciou-se que os Núcleos atuam como espaços de incentivo ao respeito e à diversidade, mostrando-se efetivos na luta pela inclusão de todos e todas, tornando o ambiente escolar mais pacífico e humano.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Direitos Humanos. Inclusão. NEPGS.

Robert Reiziger de Melo Rodrigues

E-mail:
robertreiziger2009@gmail.com
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul, Bento Gonçalves,
Rio Grande do Sul, Brasil

Leticia Schneider Ferreira

E-mail:
leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul, Bento Gonçalves,
Rio Grande do Sul, Brasil

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar o processo de criação dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) nos diferentes *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), observando suas especificidades, o perfil dos coordenadores e participantes, as atividades propostas e, sobretudo, as dificuldades encontradas para o adequado desenvolvimento das atividades. Deste modo, observou-se a importância destes Núcleos para a comunidade acadêmica e sua relevância na difusão dos Direitos Humanos no espaço institucional, pautando-se em metodologias quantitativas e qualitativas por meio de questionários de pesquisa e entrevistas com os coordenadores dos Núcleos.

Conhecer o espaço institucional destinado aos Núcleos, as atividades desenvolvidas e o perfil dos coordenadores e dos participantes culmina na difusão dos projetos, assim como na valorização das ações. Isso permite que mais pessoas conheçam os Núcleos e reconheçam sua importância, inclusive a comunidade externa. É importante ressaltar a extrema relevância de estudos acerca de gênero e sexualidade em tempos de desinformação e constante intolerância. Assim sendo, a pesquisa justifica-se, além de tudo, em prol do rompimento das barreiras do desconhecimento e do preconceito, visando à conscientização de que todos têm os mesmos direitos e que o maior bem do ser humano é a liberdade individual de ser quem realmente se é.

O presente estudo tem como objetivos: investigar o processo de criação dos Núcleos nos diferentes *campi* do IFRS; realizar uma análise referente ao perfil dos coordenadores e participantes; evidenciar as principais atividades propostas por cada Núcleo; analisar a importância da promoção dos Direitos Humanos no espaço institucional; e observar as principais dificuldades encontradas para o adequado desenvolvimento das funções dos NEPGS. Para tanto, a metodologia consistiu em observar as narrativas dos atores sociais envolvidos com o NEPGS de cada *campi*. Dos onze Núcleos, oito foram contemplados pela pesquisa. Os outros três não demonstraram interesse em contribuir com a pesquisa. Foi dado enfoque para as concepções, desafios e possibilidades de cada NEPGS.

Para investigar essas questões, foi construído um aporte teórico baseado nos estudos de Beauvoir (1980), Butler (1990), Pedro (2005) e Scott (1990). Após, por meio de investigação virtual, foi feito o mapeamento dos *campi* que possuem o NEPGS institucionalizado e dos contatos dos respectivos coordenadores. Os coordenadores dos Núcleos responderam questionários de pesquisa, em formato digital, contendo questões abertas e fechadas, permitindo análises qualitativas e quantitativas. A partir do questionário foi elaborado um roteiro de entrevista, aplicado presencialmente aos coordenadores dos Núcleos próximos à região de Bento Gonçalves/RS. A fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, eles serão nomeados por “Colaboradores”.

CONCEITUAÇÃO

Reflexões sobre os estudos de gênero

O campo de estudos das relações de gênero tem crescido nas ciências humanas desde a década de 1970. De maneira interdisciplinar, esses estudos buscam compreender as relações entre os gêneros em uma perspectiva relacional, considerando-as como uma construção histórica, marcada pela cultura e por relações de poder.

O principal objetivo das primeiras pesquisadoras era denunciar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, bem como o preconceito sofrido por minorias, como os homossexuais e demais indivíduos com identidades sexuais diversas. A partir desse pressuposto, intelectuais, como Simone de Beauvoir, problematizaram a situação das mulheres ao afirmar que “no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (BEAUVOIR, 1980, p. 15).

Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9), pode-se analisar a apresentação dos elementos sociais, que são culturalmente associados ao indivíduo de acordo com seu sexo. As mulheres são consideradas o “segundo sexo”, ou seja, em um pensamento binário e em uma perspectiva de relações de poder, seriam elas o grupo inferior, a quem falta algo, e, portanto, passam a ser o gênero inativo, receptivo, silencioso.

Através de seus estudos, Simone de Beauvoir dá vez e voz ao debate sobre a diferenciação entre gênero e sexo. Para ela, “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Dessa forma, Beauvoir afirma que existe um papel social que está acima das características biológicas do ser. Assim sendo, o papel social, ou o que chamaremos de “gênero”, não é inato ao ser humano, uma vez que é através do convívio social que se aprende a pensar, ser e agir.

Um dos trabalhos pioneiros para este debate é o da historiadora norte-americana Joan Scott (1990, p. 1), que define o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e baseado nas diferenças entre os sexos, de modo a significar as relações de poder. Segundo Scott, “o gênero trata das diferenças entre masculino e feminino que são resultados das construções sociais e culturais, não resultados da natureza humana.” (SCOTT, 2012, p. 13).

A concepção de “gênero”, elaborada na tentativa de abordar todas as situações de extrema complexidade que estão presentes na sociedade, procurou dar conta dos elementos de poder envolvidos no debate sobre a diversidade e sobre o exercício da sexualidade. Em relação à conceituação de gênero, Scott afirma que

gênero é a organização social da diferença sexual [...] Gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e o tempo, já que nada no corpo, incluindo aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função do nosso saber sobre o corpo, e este saber não é ‘puro’, não pode ser

isolado de suas relações em uma ampla gama de contextos discursivos. (SCOTT, 1994, p. 13).

As proposições teóricas da filósofa estadunidense Judith Butler (1990, p. 1) introduziram novos olhares ao debate. Ela problematizou a própria categoria de gênero, no sentido de que esta estaria ancorada em uma concepção de ordem biológica binária. A autora rejeita a concepção de que gênero seria a interpretação cultural de sexo. Ela defende que a condição de ser homem ou mulher não se restringe ao sexo ou ao gênero, mas ultrapassa esses limites, vindo a ser considerado como intencional e, ao mesmo tempo, performático, no sentido de construção dramática e contingente de significado.

No Brasil, o campo de estudos relacionados ao gênero e a sexualidade ganha espaço juntamente com a luta dos movimentos feministas. Conforme Joana Maria Pedro (2005, p. 79), o movimento feminista divide-se em duas ondas:

O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres.

Os movimentos feministas, bem como os debates de inclusão e de respeito à diversidade estão intimamente ligados aos Direitos Humanos. O ser humano tende a refutar o desconhecido. Isto significa que, ao deparar-se com algo que não considera “natural”, pode haver um aumento no conservadorismo que, por sua vez, pode permitir atos e discursos preconceituosos. Dessa forma, os grupos minoritários que diferem do padrão tornam-se alvo de exclusão e de violência. Vera Maria Candau (2013, p. 310) alerta para esta questão:

[...] muitos seres humanos são considerados descartáveis e “sobram”, justificando-se a sua eliminação física ou simbólica. Hoje é de especial importância promover processos em que se trabalhe a sensibilização, a consciência da dignidade de todo ser humano e a promoção de uma cultura dos direitos humanos.

Entre os grupos que “sobram”, como mencionado por Candau, destaca-se a situação de opressão vivenciada pelas mulheres brasileiras, principalmente pelas mulheres negras. Essa situação evidencia-se nos números altíssimos de violência e feminicídio, crime de ódio baseado no gênero, amplamente definido como o assassinato de mulheres que ocorre, principalmente, em contexto de violência doméstica. O Atlas da Violência, publicado pelo Ipea, em 2019, demonstra não apenas o crescimento das agressões e assassinatos contra as mulheres entre os anos de 2007 e 2017, como também a disparidade das vítimas por sua etnia. Segundo os resultados da pesquisa,

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a

cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. (IPEA, 2019, p. 38-39).

No entanto, ao longo da história, entre aqueles que foram considerados “descartáveis”, estão não só as mulheres como também os homossexuais, transgêneros e outros grupos de performances de gênero diversos. Além disso, estes grupos também foram perseguidos e marginalizados por um longo período. Por esse motivo, é necessário voltar os olhares para a importância da Educação no processo de inclusão e promoção dos direitos humanos como forma de reverter os abusos sofridos no passado.

Direitos Humanos no ambiente escolar

Uma vez que, sendo o processo de inclusão relativamente “jovem”, Maria Rita Assis Cesar (2009, p. 48) explicita os desafios trazidos pela ampliação do leque de atores sociais envolvidos no processo educacional:

Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido. Assim, um trabalho que assuma como princípio a diversidade sexual marca a entrada em um “campo epistemológico” desconhecido, na medida em que a ‘epistemologia’ reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero.

O espaço escolar não está isolado dos preconceitos vinculados às performances de gênero e de sexualidade. Nestes espaços são reproduzidos elementos da realidade social, como o machismo, a homofobia e a misoginia. Portanto, é papel da instituição de ensino promover ações voltadas ao combate à discriminação e ao estímulo do respeito à diversidade, uma vez que

[...] a complexa realidade brasileira traduz um alarmante quadro de exclusão social e discriminação como termos interligados a compor um ciclo vicioso em que a exclusão implica discriminação e a discriminação implica exclusão. Nesse cenário, as ações afirmativas surgem como medida urgente e necessária. Tais ações encontram amplo respaldo jurídico, seja na Constituição (ao assegurar a igualdade material, prevendo ações afirmativas para os grupos socialmente vulneráveis), seja nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. (PIOVESAN, 2005, p. 52).

Há diversos fatores que contribuem para a configuração das identidades sociais. É necessário enfatizar o caráter situacional e relacional no processo de composição das identidades sociais. A reflexão sobre os estudos de gênero e sexualidade no ambiente escolar exigem a compreensão dos estudos e das políticas de gênero que trazem à tona, muitas vezes, os pensamentos arraigados a uma parte significativa da sociedade. Por isso, debatê-los em espaços educacionais

também diz respeito à democratização do conhecimento sobre quem realmente se é ou quem se deseja ser.

A transformação da escola para constituição de um ambiente promotor da igualdade necessita ser construída através da difusão de ações e de conhecimentos voltados a essa área das relações humanas. Portanto, é através da democratização do saber que se constrói uma sociedade mais ética e justa. As mudanças sociais só se concretizam e se consolidam quando se tornam significativas para um maior número de pessoas, e isto acontece apenas quando um grupo divulga e debate suas ideias. Esse debate normalmente ocorre a partir de intelectuais e ganha força com a voz da juventude.

Os jovens, por vários momentos, demonstraram ser protagonistas de mudanças sociais no Brasil, principalmente a partir da década de sessenta. Esta década:

[...] representa um marco no que se refere ao desejo de transformar radicalmente o mundo e a vida. Nestes anos, projetos de mudança e sonhos de liberdade foram intensamente vivenciados pela juventude que, ansiando um futuro de paz, amor e igualdade social, acabou provocando uma revolução nos hábitos, costumes e na política (BENEVIDES, 2006, p. 13).

Esses jovens são pessoas oriundas de um campo ou meio social que passam a se apropriar de conhecimentos e, através deles, começam a liderar um movimento de transformação passiva, lentamente incorporando-se a valores e concepções que se tornam predominantes. No processo histórico, a união destes jovens foi denominada “movimento estudantil” e teve como objetivo atuar numa “linha de cruzamento entre o papel do estudante na política e a condição de jovem, contestador ou revolucionário”. (BENEVIDES, 2006, p. 13).

A formação dessa juventude que é protagonista de mudanças sociais está a cargo, entre outras entidades, da escola. Justamente por isso, a escola tem papel relevante na formação dos sujeitos e mostra-se importante para a promoção de discussões e esclarecimentos, pois o contexto escolar é relevante para fomentar o debate acerca do gênero e da sexualidade, tornando-o expressivo e influente a partir da infância ou adolescência e mantendo essa relevância ao longo da vida adulta. Aida Maria Monteiro Silva e Celma Tavares (2013, p. 53) explicitam a importância da escola e de seus agentes no processo de educação em direitos humanos:

[...] incorporar a prática dos direitos humanos ao âmbito da educação sistemática tem como finalidade alcançar maciçamente a população de todas as faixas etárias e em todas as áreas de formação. A escola e cada um de seus agentes não podem eximir-se do seu papel formador de princípios e valores, que igualmente estão ligados aos direitos humanos, pois, no cotidiano de suas ações, transmitem mais do que os conteúdos do currículo; imprimem exemplos e condutas.

Dessa forma, o espaço educacional tem por finalidade propiciar um contexto de crítica e reflexão, nos quais os estudantes se sintam confortáveis e aprendam a respeitar os diferentes olhares e modos de ser no mundo. Entretanto, é comum ocorrer o cerceamento de estudantes, a tentativa de enquadrá-los, discipliná-los a partir dos discursos tradicionalmente percebidos na sociedade. Contudo, se a instituição escolar não promover ações que incentivem a inclusão e a cultura de

paz e de respeito, a discriminação e o bullying entre os estudantes serão constantes. Deve-se focar, portanto, numa educação potencializadora do

[...] respeito ao ser humano e à sua dignidade, os valores democráticos, a tolerância e a convivência dentro das regras do estado de direito, sendo capaz de contribuir para que as pessoas assumam o papel de protagonistas de sua história, conscientes de suas responsabilidades sociais, políticas, culturais e artífices das transformações necessárias a cada realidade. (SILVA; TAVARES, 2013, p. 52).

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade surgem no IFRS exatamente na tentativa de responder às necessidades de mudanças sociais e de reduzir situações de opressão e violência de gênero no espaço educacional. Estes espaços institucionais revelam o compromisso do IFRS com esta pauta, sendo, deste modo, essencial conhecer de modo mais acurado as ações e os atores envolvidos com estes locais de convivência e de aprendizagem dos direitos humanos.

GÊNERO E DIVERSIDADE NO ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do IFRS apresentam-se como espaços de pluralidade e incentivo ao respeito e à diversidade, mostrando-se, por vezes, referência para a discussão de conceitos como gênero, orientação sexual e discriminação no espaço institucional. Os NEPGS atuam através de projetos que envolvem as três esferas do conhecimento, visando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A criação dos NEPGS é uma política institucional do IFRS. A cada ano, mais *campi* estão se estruturando e criando seus Núcleos. Em 2017, o Conselho Superior (CONSUP) do IFRS aprovou o regulamento institucional para os NEPGS. Cada campus, no entanto, organiza-se de forma autônoma e estabelece relações individuais com sua comunidade. Muitos membros da comunidade acadêmica do IFRS ainda desconhecem a estrutura e as ações dos NEPGS, bem como a importância de sua existência. Assim, para que seja possível aprimorar o desenvolvimento das ações dos Núcleos, parece fundamental que as experiências atuais sejam difundidas, inclusive suas dificuldades e conquistas.

Sabe-se que há, cada vez mais em nossa sociedade, a iminência de discursos preconceituosos e atos de intolerância, inclusive nos espaços escolares, em relação às diferentes orientações de gênero e sexualidade, como os LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais e outros, simbolizados pelo sinal de “mais”) e os não binários (aqueles ou aquelas que não se consideram nem totalmente homens nem totalmente mulheres: podem ser os dois ao mesmo tempo, ou nenhum, por exemplo). Dessa forma, conhecer e difundir o trabalho dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS culmina na diminuição de preconceitos, de julgamentos e de equívocos, como a chamada “ideologia de gênero”, que é difundida como uma doutrinação que tem por objetivo

destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos. [...] Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os kits gay, bissexual, transexual, lésbico etc. serão obrigatórios para as crianças em idade escolar. (CANUTO, 2015, s/p).

A “ideologia de gênero” é divulgada por grupos principalmente através das redes sociais como algo que corrompe a liberdade do jovem, estagnando os estudos e debates acerca do gênero. Segundo Adriano Senkevics (2014, p. 2014, s/p),

esses grupos temem pela “destruição da família”, os “valores e morais” alicerçados na “lei natural” e, evidentemente, o avanço das pautas LGBT, dentre as quais a diversidade sexual, a criminalização da homofobia e o progresso em torno da despatologização do segmento trans* – pontos, na verdade, que transcendem a escola.

Deste modo, espaços como os NEPGS fomentam práticas de respeito e inclusão de minorias, além de difundir conhecimentos básicos sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

O IFRS possui dezessete *campi*, dos quais onze institucionalizaram o seu NEPGS. Os outros seis *campi* possuem o NEPGS incluso nos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAFs), que, por sua vez, englobam o NEPGS, o NAPNE (Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Específicas) e o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas). Enquanto pertencentes aos NAAF, os Núcleos não agem com tanta autonomia quanto aqueles que já foram institucionalizados, embora existam e atuem dentro de suas realidades. A não institucionalização está vinculada, geralmente, à falta de servidores efetivos dispostos e aptos a coordenar o NEPGS.

Para efetivar este estudo, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário construído pelos pesquisadores. Utilizaram-se questões fechadas e abertas, o que permitiu análises quantitativas e qualitativas referentes ao perfil dos coordenadores, aos conceitos relacionados aos Direitos Humanos e aos desafios e possibilidades de cada Núcleo. Este questionário foi enviado por email aos onze coordenadores dos Núcleos. Eles tiveram o prazo de um mês para responder. Oito deles responderam o questionário. Após, construiu-se um roteiro de entrevista que foi aplicado, na medida do possível, aos coordenadores dos Núcleos próximos à região de Bento Gonçalves/RS, onde essa pesquisa originou-se. Ao fim da coleta de dados, foi realizada a análise do conteúdo das respostas, resultando nos dados que serão elencados a seguir.

Processo de institucionalização

Os Núcleos de gênero são uma política institucional do IFRS. Isso significa que há uma meta de institucionalizar um Núcleo em cada *campi*. Dos oito Núcleos contemplados pela pesquisa, sete foram criados devido à demanda institucional. Um, no entanto, foi criado via demanda estudantil. Trata-se do núcleo de Bento Gonçalves/RS. Esse fato significa que a necessidade de debates e ações envolvendo as temáticas de gênero e sexualidade foi sentida pelos discentes desse campus específico. O coordenador do Núcleo de Bento Gonçalves afirma que “o NEPGS do Campus Bento Gonçalves surge para responder demandas dos alunos e alunas por

uma escola livre de preconceito e discriminação, luta que pouco a pouco se torna de toda a comunidade escolar.” (COLABORADOR 1, 2018).

O NEPGS do *Campus* Bento Gonçalves surge no ano de 2015, após estudantes denunciarem discriminações e perseguições sofridas em suas redes sociais. Essas perseguições apresentavam teor sexista e preconceito de gênero. Diversas meninas que sofriam agressões verbais de colegas reuniram-se e buscaram auxílio junto ao corpo docente. Decidiu-se, conjuntamente, apresentar à comunidade escolar o assédio sofrido pelas estudantes, o que revela o caráter democrático do Núcleo desde o seu nascimento, dada a horizontalidade instituída desde os primeiros encontros. A ação aconteceu por meio de cartazes espalhados pelo campus, nos quais estariam redigidas frases desrespeitosas que as meninas e muitas servidoras costumavam ouvir nos corredores da instituição. Os alunos organizaram um grupo de trabalho e trouxeram cartolinas, pincéis atômicos e tintas, passando a produzir cartazes com frases abusivas, como “tá gostosa nessa camiseta coladinha” e “só não bati nela porque o professor tava na sala”.

Mesmo que os núcleos estejam previstos na política institucional do IFRS, através de uma questão aberta do questionário online, todos os coordenadores relataram ter tido dificuldades com a institucionalização dos Núcleos nos seus respectivos campi, principalmente por conta de colegas servidores, especificamente homens, que achavam que os debates não deveriam ocorrer por considerá-los “doutrinação”. Em resposta ao processo de construção do NEPGS no seu campus, um coordenador afirma que

Foi bem conturbado. Enfrentamos alguns colegas resistentes, que acabaram nos acusando de extremistas, principalmente quando discutimos cultura do estupro e a posição de ameaça e privilégio dos homens frente as mulheres nesta construção social. Ouvimos muito ‘Mas nem todo homem’... Também enfrentamos LGBTfobia dos colegas servidores, que questionavam sempre nossas ações, por exemplo, nosso mural de denúncias, perguntando o que faríamos com as denúncias, pois não tínhamos como provar. Passamos algumas questões com os estudantes também, que repetiam discursos veiculados, dizendo que o NEPGS queria ‘doutriná-los’. Com os pais, incrivelmente não tivemos problemas ainda, mas a cada ação é uma tensão. Já tivemos inclusive boicotes, com cartazes de divulgação de eventos do núcleo sendo retirados dos murais. (COLABORADOR 2, 2018).

Outro coordenador afirma que o processo de criação foi conturbado, mas o que os mantém ativos é a vontade dos discentes em fazer com que o Núcleo permaneça ativo:

Foi um processo difícil, mas muito prazeroso. Tivemos alguns problemas com vários colegas de forma direta e de forma indireta, esta última ainda pior porque dificulta o debate se dando na forma de boicote das atividades. Mas, aos poucos, tomamos nosso espaço. [...] O que nos motiva muito é que temos um grupo de alunas e alunos muito engajados e vamos, desta forma, enfrentando o forte machismo e preconceito contra os LGBT+. (COLABORADOR 4, 2018).

“Gênero”: conceituação teórica dos coordenadores

Os coordenadores dos Núcleos possuem consenso quanto à conceituação do termo “gênero”. Para todos, gênero é uma construção social: “um conjunto de características socialmente construídas que transitam entre o ser feminino e masculino” (COLABORADOR 1, 2018). Outro coordenador também define o conceito de “gênero” de forma mais ampla:

Entendo gênero como uma construção social que diferencia o sexo feminino e o sexo masculino através da cultura e da tradição, controlando o comportamento e a conduta dos sujeitos, naturalizando questões aprendidas sobre o que é ser mulher e o que é ser homem e as vinculando única e exclusivamente ao órgão sexual com o qual nascemos. Gênero é um conceito que emerge na segunda onda do feminismo, se relacionando intrinsecamente com este movimento, desmistificando estes processos de naturalização de papéis sociais vinculados ao sexo biológico, na busca por direitos iguais entre homens e mulheres. Na atualidade o conceito de gênero e sua operacionalização não se vincula apenas ao movimento feminista, mas também as causas LGBTQs, principalmente no que se refere as questões dxs trans e não binárixs. Compreendo também sua construção a partir dos referenciais pós-estruturalistas, da influência produtiva da linguagem nesta relação de representações de mulheres e homens. (COLABORADOR 4, 2018).

Há, ainda, um coordenador que define gênero como uma categoria de diferenciação social entre os sujeitos, apenas: “categoria, marcador, divisor no sentido científico; em referência ao grupo de estudos, categoria de análise do espectro da sexualidade humana e suas implicações no funcionamento social.” (COLABORADOR 5, 2018).

Dessa forma, é possível afirmar que todos os coordenadores possuem conhecimento sobre o significado do termo “gênero”. Este conhecimento é relevante para o cargo que ocupam, uma vez que, estando a frente da coordenação de um Núcleo que tem por objetivo promover o debate e a conscientização sobre diversidade sexual e de gênero, é essencial que se tenha aporte teórico sobre o assunto.

Perfil dos coordenadores e participantes

Em relação ao perfil destes coordenadores, identificou-se que a maioria pertence ao gênero feminino (87,5%), com idades entre vinte e sete e quarenta e nove anos (27-49). A maioria possui pós-graduação (87,5%) e todos realizaram atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão ao longo da graduação envolvendo a temática.

Os coordenadores foram questionados quanto a afinidade ou interesse pela temática de gênero e sexualidade. Um deles afirma que, pela pauta estar nos conteúdos programáticos de sua disciplina para o Ensino Médio, acabou aproximando-se destes debates: “aproximo-me da discussão por ela estar presente nos conteúdos programáticos da disciplina de Sociologia para o Ensino Médio, e, também por afinidade pessoal.” (COLABORADOR 8, 2018). Outro

coordenador afirma que a afinidade ocorreu em virtude da necessidade de justiça social:

com surgimento natural em propósito de trabalho pela equidade social, pela temática científica, pela pesquisa e interesse pelo Humano e nossas relações, pela ocupação do espaço no meio institucional, como resposta à demanda da comunidade acadêmica e das famílias. (COLABORADOR 4, 2018).

Através da análise da portaria de criação dos NEPGS de cada *campi*, analisou-se também o perfil dos discentes que participam de cada Núcleo. Percebeu-se o baixo número de participação masculina, como demonstrado abaixo:

Tabela 1 – Participantes do NEPGS em cada *campi*, por gênero

	Meninas	Meninos
Restinga	31	7
Bento Gonçalves	26	3
Rio Grande	20	3
Caxias do Sul	17	5
Canoas	17	4
Feliz	9	3
Erechim	9	2
Farroupilha	10	2

Fonte: Dados da pesquisa – elaboração própria

Esta baixa participação masculina é justificada pelo fato de que os meninos poderiam sofrer preconceitos e serem taxados de homossexuais por outros colegas, revelando uma perspectiva claramente homofóbica. O medo de serem classificados como pertencentes a este grupo minoritário faz os rapazes se afastarem dos Núcleos. Este medo reflete que há extrema necessidade de difundir o debate e os conhecimentos provenientes dos estudos de gênero e sexualidade, uma vez que os jovens utilizam o gênero feminino e a homossexualidade como forma de fragilizar os colegas, como se fossem “menores” ou mais “fracos” por se parecerem ou serem constituintes destes grupos.

Atividades desenvolvidas

As atividades propostas por cada Núcleo são diversificadas. As mais recorrentes são “grupos de estudo, eventos científicos, palestras, cine debates, reuniões e seminários temáticos.” (COLABORADOR 6, 2018). Além disso, um coordenador afirma que “anualmente, desde 2016, temos realizado um evento com duração de um dia, no qual trazemos para instituição pessoas estudiosas na área para conversar com os alunos e servidores, temáticas relacionadas ao Núcleo.” (COLABORADOR 5, 2018). Há, ainda, atividades em “alusão ao 17 de maio, dia internacional de combate a LGBTfobia.” (COLABORADOR 1, 2018).

Outros coordenadores também elencaram algumas atividades marcantes do NEPGS em seus *campi*:

Nosso Nepgs foi criado a partir de um projeto de extensão. Iniciamos por reuniões para organizar o projeto e depois para convidamos as pessoas a participarem das reuniões do próprio Nepgs. Nas reuniões iniciais discutíamos alguns problemas enfrentados em relação a temática, no campus e no município. Também sugeríamos alguma leitura para discutirmos e apresentação de vídeos para motivar discussões. Datas importantes também eram debatidas e organizadas alguma atividade, de início mais simples para ir vencendo algumas resistências do público. (COLABORADOR 4, 2018).

Partindo do pressuposto da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, outro coordenador reitera a diversidade das atividades propostas:

Elaboramos um calendário com datas afins e organizamos atividades, tais como: palestras, sarau, confecção de cartazes, música nos intervalos com a banda do nosso IF. No início do ano trouxemos duas professoras para participarem do nosso curso interno de formação com a temática 'gênero e sexualidade e mulheres negras'. Também utilizei minhas aulas para trazer um grupo de alunos de Nepgs pra falar sobre questões de preconceito sexual. (COLABORADOR 5, 2018).

Destacam-se, ainda, os seguintes eventos: o “Shortaço”, data em que um considerável número de meninas foram à aula utilizando shorts, sendo esta uma forma de protesto em relação às críticas vinculadas a forma com as quais as meninas se vestem no momento em que optam por usar shorts ou saias curtas; o “dia do batom vermelho”, no qual as meninas foram incentivadas a utilizar maquiagens que são socialmente consideradas provocantes, embora sejam apenas maquiagens; e o “dia do troca”, momento em que os papéis de gênero foram invertidos e os meninos vestiram roupas consideradas de meninas, e vice-versa.

Desafios e possibilidades

Em relação às dificuldades de cada Núcleo, os coordenadores elencam que precisam convencer principalmente os professores do sexo masculino de que estes debates são necessários no espaço institucional, uma vez que muitos deles desacreditam da sua eficiência e boicotam as atividades.

A resistência dos colegas servidores no tratamento das temáticas. Principalmente dos homens. Também enfrentamos muita falta de recurso para organizarmos as ações. (COLABORADOR 4, 2018);

Trazer para a discussão os colegas professores, principalmente os da área técnica, para que reflitam sobre suas práticas tanto com os alunos como com os demais professores. (COLABORADOR 7, 2018).

Os coordenadores também relatam a falta de recursos, a escassez de materiais e o excesso de burocracia para registrar as ações na plataforma Sigproj, utilizada para o cadastro dos projetos de ensino, pesquisa e extensão do IFRS:

Todos e mais diversos desafios, principalmente os colegas homens que pensam que todas as ações que fazemos são desnecessárias/

vitimistas até a burocracia da extensão, pesquisa e ensino no Sigproj. (COLABORADOR 2, 2018);

Apesar das dificuldades, todos os coordenadores afirmam que a continuidade do NEPGS é uma necessidade para o IFRS, principalmente em um momento histórico no qual discursos de intolerância têm se tornado recorrentes e muitas vezes banalizados. Um coordenador afirma que o NEPGS “é um canal pelo qual se pode discutir diretamente assuntos pertinentes à comunidade interna e externa em tempos de retrocessos.” (COLABORADOR 1, 2018). Outro coordenador ressalta a importância do Núcleo no espaço institucional:

a existência do Núcleo é de fundamental importância, pois temos que reconhecer que temos sim alunos homossexuais, alunos que estão incertos quanto à sua orientação sexual, alunos que não estão sabendo lidar com a questão da iniciação da vida sexual, alunos, que sem se dar conta, acabam realizando ações de violência verbal as alunas. Assim, a abertura do Núcleo e sua permanência, apesar das resistências, é fundamental, por ser uma oportunidade de trazer essas temáticas para discussão. Mas precisamos evoluir nessa questão e romper com muitos aspectos que já estão consolidados culturalmente. (COORDENADOR 5, 2018).

Além disso, parece haver um consenso de que deixar para a família a responsabilidade única em relação ao tratamento de questões envolvendo gênero e sexualidade é deixar os sujeitos que se enquadram em grupos minoritários à mercê do desconhecimento e das mais diversas violências, uma vez que muitas famílias não são abertas a este debate e não possuem conhecimentos para fazê-lo. A existência do NEPGS se torna fundamental neste contexto, pois os Núcleos mostram-se um espaço de exercício democrático e de reconhecimento da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa, voltada para a análise da composição histórica dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, os objetivos elencados foram realizados. Desenvolveu-se um estudo a respeito das concepções de gênero e da importância dos direitos humanos no espaço institucional. A participação de coordenadores dos NEPGS enriqueceu a pesquisa e contribuiu com dados relevantes para a construção de ideias.

Constatou-se que os NEPGS existem em onze dos dezessete *campi* do IFRS, promovendo debates sobre temas como gênero e orientação sexual, além de ações afirmativas de combate ao machismo e a LGBTfobia, que consiste em praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em razão da orientação sexual ou identidade de gênero contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersex. A maioria dos Núcleos surgiu devido à demanda institucional e enfrentou problemas de aceitação, principalmente pela resistência masculina. Mesmo com as dificuldades, os Núcleos firmam-se como espaços de incentivo ao respeito e à diversidade.

As questões de gênero e sexualidade são de imprescindível abordagem no âmbito da escola, e todo o estabelecimento de ensino tem responsabilidade em fomentar a discussão sobre direitos humanos de modo amplo. Vivemos num

contexto sócio-histórico e cultural de violência e marginalização em relação a pessoas LGBTQs, de apagamento de modos não binários de constituição da identidade e expressão de gênero, de desrespeito do nome social, das orientações sexuais e afetivas dos sujeitos. Essas formas de violência resultam na morte de milhares de pessoas por ano, sendo o Brasil o país que mais extermina LGBTQs no mundo (JOSENDE, 2020, s/p). Uma violência causada pelo preconceito e pelo ódio que cresce da ignorância e desconhecimento, e a escola não pode se abster do processo de combatê-los.

Tratar da temática do gênero e da sexualidade é dar visibilidade a estes sujeitos, promover um trabalho de base para a estruturação de uma sociedade que crie políticas públicas para a preservação de seu direito de viver, ser e amar. Em relação a temática feminista, a realidade também não é diferente. A violência contra a mulher ainda é crescente, principalmente quando se trata de mulheres negras. Há uma cultura que hipersexualiza mulheres jovens, as abusa e as culpabiliza quando estas se tornam vítimas de assédio sexual, as violenta, cerceia seu direito sobre seu próprio corpo, manipula seus desejos e sua autoimagem corporal, tornando-as mulheres adultas que tem incontáveis medos e tabus, traumas das muitas violências sofridas. A objetificação da mulher a coloca em uma posição subalterna, de coisa pertencente aos homens, num nível de submissão, e não em patamar de sujeito igual.

Desta forma, os NEPGS surgem e mantêm-se ativos pela mobilização dos docentes e discentes comprometidos em lutar por um mundo no qual a aplicação dos direitos humanos seja uma regra. Aqueles que participaram de sua criação consideram que os Núcleos tiveram impacto positivo em suas vidas. O principal intuito dos Núcleos é tornar a instituição de ensino um espaço amplo e aglutinador. As principais ações envolvem debates e apresentações artísticas, que integram alunos e fazem com que a voz de todos e todas seja ouvida. Portanto, evidencia-se que os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS são efetivos na luta pela inclusão de todos e todas, tornando o ambiente escolar mais pacífico e humano.

The IFRS Gender and Sexuality Studies and Research Centers: history, challenges and possibilities

ABSTRACT

The present article proposes to analyse the construction and actions of the IFRS Gender and Sexuality Studies and Research Centers (NEPGS). It's intended to assess the importance of these centers in the school environment and observe their impacts on the academic communities. A theoretical contribution was built based on the studies of Beauvoir (1980), Butler (1990), Pedro (2009), and Scott (1990). The case study was carried out through the application of questionnaires and interviews to the coordinators of the centers. Through research it was found that the NEPGS are active in mobilizing students and teachers committed to fighting for a world in which the application of human rights is a rule. It was evidenced that the centers act as spaces to encourage respect and diversity, proving to be effective in the fight for the school environment more peaceful and humane.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Human Rights. Inclusion. NEPGS.

Los Núcleos de Estudios e Investigaciones en Género y Sexualidad del IFRS: historia, desafíos y posibilidades

RESUMEN

El presente estudio se propone a analizar la construcción y las acciones de los Núcleos de Estudios e Investigaciones en Género y Sexualidad (NEPGS) del IFRS. Se pretende evaluar la importancia de estos Núcleos en el ambiente escolar y observar sus impactos en la comunidad académica. Fue construido un aporte teórico basado en los estudios de Beauvoir (1980), Butler (1990), Pedro (2005) y Scott (1990). El estudio de caso fue hecho por intermedio de la realización de cuestionarios virtuales y de entrevistas con los coordinadores de los Núcleos. A través de la investigación, fue constatado que los NEPGS están activos por la movilización de los estudiantes y profesores comprometidos en luchar por un mundo en lo cual la efectuación de los derechos humanos sea una regla. Se demostró que los Núcleos actúan como espacios de incentivo al respeto y a la diversidad, mostrándose efectivos en la lucha por la inclusión de todos y todas, convirtiendo el ambiente escolar en más pacífico y humano.

PALABRAS CLAVE: Género. Sexualidad. Democracia. Inclusión. NEPGS.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BUTLER, Judith. 'Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo'. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo 'Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism', no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, de setembro de 1990.

CANDAU, Vera Maria et. al. **Educação em Direitos Humanos e Formação de professores (as)**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

CANUTO, Luiz Claudio (2015). Especialistas e Deputados vão debater direitos sexuais, aborto e ideologia de gênero. **Rádio Câmara**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/495596-ESPECIALISTAS-E-DEPUTADOS-VAO-DEBATER-DIREITOS-SEXUAIS,-ABORTO-E-IDEOLOGIA-DE-GENERO.html>. Acesso em 15 set. 2020.

CESAR, Maria Rita Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Revista Educar**. Curitiba: Editora UFPR, n.35, 2009, p. 37-51.

IPEA. **Atlas da Violência**, 2019. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 10 maio 2020.

JOSENDE, Gabriel Elias. Brasil: o país que mais extermina LGBTs no mundo, 2020. Disponível em <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/06/brasil-o-pais-que-mais-extermina-lgbts-no-mundo-por-gabriel-elias-josende/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Santa Catarina: UFSC, 2005. V. 24, p. 77-98. **Departamento de História – Universidade Federal de Santa Catarina**, Santa Catarina, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

SCOTT, Joan W. Os Usos e Abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez de 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, p. 5-22, dez de 1990.

SENKEVICS, Adriano. PNE e a "ideologia de gênero". **Ensaios de Gênero**. Disponível em: <http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/04/12/pne-e-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação** (impresso). Porto Alegre, v.36, n.1, p.50-58, jan./abr. 2013.

Recebido: 27/04/2020.

Aprovado: 18/10/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n44.12110.

Como citar: RODRIGUES, Robert Reiziger de Melo; FERREIRA, Leticia Schneider. Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS: história, desafios e possibilidades. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 95-112, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Robert Reiziger de Melo Rodrigues

Rua Duílio Moro, 115, Loteamento Bertolini, São Roque, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

